LEI N° 2.522 ,DE 04 DE MAIO DE 2018.

"Estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da política municipal de atendimento às pessoas com transtorno invasivo do Desenvolvimento – AUTISMO no Município de Porto Velho, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

- **Art. 1º.** Esta Lei estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da política municipal de atendimento às pessoas com transtornos invasivo do Desenvolvimento AUTISMO no Município de Porto Velho.
- **Art. 2º.** O Poder Público, quando da formulação e implementação da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento AUTISMO, se pautará pelas seguintes diretrizes, dentre outras que visem à sua proteção, promoção e integração:
- I atendimento das pessoas com autismo nas instituições públicas municipais, de forma igualitária, repeitadas as peculiaridades inerentes às diferentes situações;
- II atendimento em equipamento de saúde previsto na legislação federal pertinente, através de projeto terapêutico individualizado e de acordo com as necessidades de cada pessoa, a partir de avaliações multiprofissionais;
- III promoção da estimulação das pessoas com autismo mediante emprego de recursos de fisioterapia, fonoaudiologia e psicopedagogia, além de outros que demonstrem eficácia neste tratamento;
- IV divulgação de informações sobre o autismo e os cuidados que ele demanda, preferencialmente pela realização de campanhas educativas e de conscientização.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias da data de sua publicação.

HILDON DE LIMA CHAVES Prefeito

SALATIEL LEMOS VALVERDE Procurador Geral Adjunto do Município

> Projeto de Lei nº 3.516/2017. Autoria: Vereador Maurício Carvalho.